

OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS DA INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)

CHALLENGES AND PERSPECTIVES OF INSERTION OF PSYCHOLOGIST IN THE REFERENCE CENTER FOR SOCIAL ASSISTANCE (CRAS)

Clícia Vieira Lauriano¹
Maria Clara de Oliveira Silva²
Maria Adelaide Pessini³

LAURIANO, C. V.; SILVA, M. C. O.; PESSINI, M. A. Os desafios e as perspectivas da inserção do psicólogo no centro de referência de assistência social (CRAS). *Akrópolis* Umuarama, v. 19, n. 4, p. 229-239, out./dez. 2011.

RESUMO: O presente estudo refere-se a uma pesquisa bibliográfica tendo como base teórica a Psicologia Comunitária cujo objetivo é conhecer a trajetória que o psicólogo perpassou durante sua caminhada até adentrar no campo social. Primeiramente discorrer-se sobre sua inserção no âmbito social, desde a saída dos consultórios, para atuarem em outros lugares, como nas indústrias, marcada por uma maior consciência da importância do trabalho comunitário que os psicólogos realizavam juntamente a comunidade, saindo de uma prática clandestina e atuando como profissionais da Psicologia Comunitária. Posteriormente, direciona-se ao trabalho do profissional de Psicologia dentro dos CRAS, visto ser este a porta de entrada para a Assistência Social, na qual esse profissional pôde ter um maior conhecimento e contato com a realidade das comunidades, norteados pelas Políticas Públicas de Assistência Social, no intuito de promover a qualidade de vida dos indivíduos que se encontram em vulnerabilidades sociais e de risco. A pesquisa pode nos apontar que diante de inúmeras possibilidades de atuação do psicólogo no meio social, certamente deparará com desafios a serem enfrentados e assim procurar soluções diversificadas, para cada demanda abordada, adequando seus princípios de acordo com a realidade destes, pois não se pode enquadrá-los, visto que somos construídos e construímos o meio social. E ainda, cabe aos profissionais de Psicologia, desenvolver seu trabalho juntamente com uma comunidade que se encontra em vulnerabilidade social e de risco, de forma a promover a autonomia dos indivíduos, a partir da realidade em que vivem, despertando assim o interesse, a conscientização, saindo da passividade, tornando-os pessoas que conhecem seus direitos e deveres.

PALAVRAS-CHAVE: Atuação do Psicólogo, CRAS, Comunidade.

ABSTRACT: The present article refers to a bibliographical research that has as theoretical basis the Community Psychology which objective is to know the trajectory that psychologists passed by during their way until entering into social field. First, we will expatiate about the insertion into the social sphere, since the output of the clinics to practice in other places, like industries, marked by a heightened conscience about the importance of the community work that psychologists performed together the community, leaving a clandestine practice and acting as professionals of Community Psychology. Later, we will direct to the Psychology professional work in the CRAS, since it is the gateway to

¹Graduação em Psicologia pela Universidade Paranaense – UNIPAR, campus sede – Umuarama, Pr. E-mail: clicia_psico@hotmail.com

²Graduação em Psicologia pela Universidade Paranaense – UNIPAR, campus sede – Umuarama, Pr. E-mail: mariaclara_oliveira-xavier@hotmail.com

³Docente do Curso de Psicologia da Unipar/ Sede, Mestre em Psicologia Social e da Personalidade pela PUC RS, endereço: Avenida Brasil, 4522 Apartamento 204 Umuarama PR CEP 87501-000. E-mail: pessini@unipar.br

Social Assistance, where psychologists could have had a greater knowledge and contact with the reality of communities, guided by the Public Policies of Social Assistance with the objective to promote quality of life for the individuals who are in social vulnerabilities and risk. The research may point us that, toward innumerable practice possibilities of psychologists in social sphere, certainly they will encounter challenges to be faced and thus, seek for diverse solutions for every raised demand, adapting their principles in accordance to its reality, because we cannot discipline them, since we build and are built by the social environment. And, it is necessary for the psychological professionals to develop their work together the communities which are in social vulnerability and risk, in order to promote the autonomy of individuals from the reality that they live, thus, rousing the interest, the awareness, leaving passivity, making them people who knows about their rights and duties.

KEYWORDS: Practice of psychologists, CRAS, Community.

INTRODUÇÃO

O trabalho do psicólogo dentro do campo social vem seguindo uma trajetória de várias lutas, conquistando esses espaços, ganhando força frente à necessidade da comunidade enfraquecida por um sistema capitalista desvantajoso, no qual a população desprovida anseia por uma proteção que abranja a comunidade por inteira, identificando suas reais necessidades.

No decorrer deste estudo, pretendemos estabelecer o papel e as principais ações que propõe a atuação do psicólogo no CRAS, visando um melhor entendimento do trabalho desse profissional, neste campo social que abrange uma comunidade vítima de uma vulnerabilidade gritante. Assim suas ações devem ser focadas em um atendimento psicossocial, dando ênfase num caráter familiar/sistêmico e uma visão especialmente direcionada ao grupo.

Diante de tantos questionamentos e inquietações, em torno do trabalho realizado junto à comunidade, torna-se importante refletir sobre os desafios e as perspectivas de um trabalho engajado, que utilize instrumentos que deem conta de problematizar vivências pessoais dos indivíduos, que fazem uso da rede de Proteção Social Básica. Assim mediante posturas e ações adotadas pelos profissionais de Psicologia, por meio de uma visão crítica devem ser transformadores de uma realidade, promovendo a qualidade de vida coletivamente, a conscientização e interesse de participar no projeto de construção

de sua própria vida, promovendo a emancipação e autonomia dos sujeitos.

PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E OS NOVOS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO

Falar hoje sobre a prática da Psicologia na comunidade segundo Freitas (1999), não é apenas restringir a atuação do psicólogo a uma população mais pobre e sem infraestrutura, como favelas, cortiços, bairros de periferia, lixões, assentamentos, mutirões, associações de bairros, grupo de mulheres, de jovens, terceira idade, menores de rua, cuja população estaria próxima a condições menos favoráveis, desenvolvendo uma prática assistencialista. Mas sim um trabalho na comunidade que busque compreender o homem como sendo sócio-historicamente construído e ao mesmo tempo construindo as concepções a respeito de si mesmo, dos outros homens e do contexto social.

Pode-se então afirmar que para entender essa prática de Psicologia na comunidade é preciso compreender em quais contextos foram discutidas e construídas. Neste sentido à atuação do psicólogo na comunidade, segundo Freitas (1999), se deu nas décadas de 40 e 50, quando houve uma queda nas produções agropecuárias, rural, dando início a um grande crescimento e desenvolvimento fabril, fazendo com que o Brasil passasse por transformações em seu modelo produtivo, saindo do agropecuário e passando para o agro-industrial. Essa mudança demandava um rearranjo na mão de obra e para isso trabalhos em comunidades precisaram ser realizados visando preparar a população para a realização de tarefas adequadas aos novos modelos econômicos. A intenção era educativa, buscando um trabalho em comunidades, com o objetivo de integrar a população ao programa de modernização que o contexto econômico demandava.

Devido ao crescimento das indústrias de acordo com Freitas (1999), tornou-se necessário preparar a população para as tarefas relacionadas ao novo modelo econômico, assim criando e desenvolvendo vários projetos sobre a responsabilidade e coordenação do Estado, onde contrataram profissionais da área das ciências humanas e sociais, para desenvolver trabalhos comunitários que atendiam os interesses das elites econômicas do país, na qual suas fun-

ções estratégicas eram destinadas à prestação de serviço básico a população. Neste contexto capitalista, tornou-se relevante a necessidade de atuar junto à população que morava nas periferias e trabalhava nos grandes centros, recuperando seu lugar no processo social ao qual fazia parte, buscando o desenvolvimento de uma consciência crítica. Desta forma, passado algum tempo os profissionais da área das ciências humanas e sociais começaram a trabalhar na comunidade, para tirar a impressão de que não tinham nenhum tipo de associação com as empresas, porém começaram trabalhando como voluntários, gratuitamente, sem ganhar nada em troca por seus serviços.

Conforme Filho (2000), no Brasil, a Psicologia Social Comunitária surgiu para responder a uma demanda de exclusão social, na qual se encontrava grande parte da população, devido à ditadura, regime militar que foi instaurado em março de 1964, um terror político e cultural na realidade brasileira. O período militar foi uma época de sombras, de um sistema de governo feroz, com um grau de repressão social e violência muito grande, como a falta de democracia, aumento de impostos, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar, privando os brasileiros de liberdade de expressão, obrigando uma sociedade a conviver com um sistema de governo que põe fim a vários direitos civis; tornando a sociedade oprimida por um governo massificante. Assim, vários profissionais das áreas humanas passaram a atuar junto com a comunidade, buscando desenvolver movimentos adequados para beneficiar os menos favorecidos. Como estes profissionais trabalhavam com a população menos favorecida, não tendo nenhum tipo de remuneração, para poder se manter, desenvolviam atividades em outros setores, e sendo muitas destas atividades desenvolvidas nas próprias Universidades.

Aos poucos foram levando para dentro destas instituições a importância do trabalho comunitário, fazendo com que houvesse uma inquietação das próprias Universidades, onde começaram a implantar e desenvolver o trabalho comunitário. Segundo Freitas (1999), na década de 64 a Psicologia foi reconhecida como ciência humana dentro da Universidade, mas foi com a fundação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), que se deu um marco importante para a Psicologia da comunidade, assim

pensando em uma Psicologia que desenvolvesse a criticidade, o potencial do sujeito, levando em conta seu contexto e suas inter-relações com as pessoas e o meio em que está inserido. Desta forma, a Psicologia Social Comunitária surge como uma nova área de atuação dentro do movimento da Psicologia aplicada para lidar com os problemas de comportamento humano, desenvolvendo ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, priorizando o coletivo, valorizando assim, a construção de práticas comprometidas com a transformação social.

De acordo com Freitas (1999), na década de 90, presencia-se o desenvolvimento dos trabalhos dos psicólogos junto aos diversos setores e segmentos da população. Com o fim da repressão política e cultural dentro da sociedade, foi então que surgiu o apoio para que este profissional desenvolvesse suas práticas em órgãos ligados à família e aos menores, e ao bem estar social, assim tirando o psicólogo da prática clandestina, sendo neste contexto histórico que se vê o início do emprego do termo Psicologia na comunidade. Os conhecimentos da Psicologia puderam também ser aplicados às instituições Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e Núcleo de Atenção Intergeracional (NAI), permitindo um aprofundamento acerca da Psicologia social mediante contato com a realidade de funcionamento e dinamismo da rede da assistência social. Conforme, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2010), o CRAS, é um lugar de refazer histórias, são espaços físicos localizados em regiões mais pobres das cidades voltadas para atendimento sócio assistencial. A equipe do centro identifica as necessidades dos indivíduos e das famílias de cada localidade, acolhe e insere nas atividades coletivas ou, se necessário, encaminha os integrantes do grupo familiar para outros atendimentos. Nessa condição, eles se configuram como instrumento estratégico dentro da rede de proteção e promoção social no Brasil. Onde assim, além de potencializar o alcance das ações e políticas sociais, promovem o apoio para manter e sustentar os vínculos familiares e comunitários, com todos os bons efeitos que tem na sociedade.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), 2004, temos nos CRAS um espaço fundamental para desenvolver ações complementares do Programa Bolsa Família (PBF) que é um programa de transferência dire-

ta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. O PBF integra a estratégia Fome Zero, que tem o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome. Este programa pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio dos cumprimentos das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

São exemplos de programas complementares: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documento, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e programas de inclusão produtiva, dentre outros.

Esses programas representam uma importante conquista, ao mesmo tempo em que nos apresentam desafios, sobretudo no que diz respeito à qualificação da metodologia de trabalho, por meio de políticas de capacitação e qualificação que respeitem as capacidades locais e recuperem a autonomia dos sujeitos, assim contribuindo de forma significativa para a redução da extrema pobreza e da desigualdade; para a melhoria da situação alimentar e nutricional das famílias beneficiárias. Desta forma, dando o mínimo de respeito e dignidade para uma população em vulnerabilidade. Para que a atuação do Psicólogo corresponda às necessidades da demanda que a população do CRAS apresenta, se faz necessário conhecer os projetos, a partir dos quais se pode dimensionar o trabalho a ser realizado, o qual sabemos que é um campo novo, que há muitos caminhos e adaptações a

serem percorridos.

A INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NO CRAS

Para entendermos a atuação do profissional de Psicologia dentro do âmbito social, faz-se necessário conhecermos a história da implantação das Políticas Públicas no Brasil, em que passou a ser questionado os direitos e deveres dos cidadãos, conseqüentemente a atuação dos profissionais nesta área, como por exemplo, os psicólogos e os assistentes sociais.

Segundo Aguiar (2007), quando deu início a efetivação da Política Pública de Assistência Social no Brasil, teve-se grandes modificações, desde o pensamento de assistencialismo, caridade ao que é de direito de todos. A igreja neste processo tinha um papel fundamental neste conceito de filantropia, em que atuava de forma ajudar as populações mais carentes. Com a efetivação dos direitos sociais, distinguindo o que é paternalismo, para o que é de direito, a população confundia-se em entender esse fato, pois o assistencialismo segundo Ramminger (2001, p. 01), “é uma prática recorrente e dominante no Brasil”, e o processo de desnaturalização deste é algo que demanda tempo.

Quando a população começa a diferenciar o que é de direito e o que é favor, inicia-se um questionamento do que é caridade e o que é realmente direito social, dando início a uma quebra de paradigmas sobre este pensamento até então cristalizado, “repercutindo assim como uma exclusão de alguns e privilégios de outros”, e não como a assistência social enquanto direito de todos (AGUIAR, 2007, p 01).

Contudo, a implantação da Política Pública de Assistência Social no Brasil representa um salto significativo quando na Constituição de 88, houve uma nova concepção de Assistência Social. Conforme Jovchlovitch (2010, p. 01), estes novos questionamentos sobre a Assistência Social no Brasil, perdurou por mais alguns anos para que se efetivasse a lei, que seguisse suas normas e regras estabelecidas em prol de uma camada da população que se encontra em vulnerabilidade social e de risco.

Somente em 1993, foi aprovado no Brasil a Lei de Assistência Social (LOAS), qual prevê a Lei nº 8.742 (2009):

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade não

contributiva, que provê os mínimos sociais, realiza através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Até que se materializasse a questão de política de assistência social, ela foi bastante questionada, qual sua finalidade, como desenvolvê-la, a quem destiná-la, ou seja, como caminhar dentro de uma perspectiva que desde então era paternalista, as pessoas em condições vulneráveis a pobreza e risco, lhes eram oferecido ajuda, caridade, assistencialismo. Ao implantar leis, que dá direito ao sujeito sobreviver com dignidade, torna-se confuso pensar em assistência como uma prática e não como uma política.

Este pensamento do LOAS, perdurou por vários anos, contudo, somente em 2004, se efetivou a Política de Assistência Social no Brasil, como foi previsto na Constituição de 88, o qual passou ser uma obrigação do Governo por garantir os direitos de assistência social, e que ainda vem encontrando dificuldades em estabelecer-se de acordo com o previsto, visto que sua implantação propriamente dita é bem recente. A partir daí se organiza as ações da assistência social em dois níveis, a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE).

De acordo com os propósitos Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2007), o nível de Proteção Social Básica é destinado para a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e também com fragilização de vínculos afetivos, cujo papel do Psicólogo é trabalhar pautado na prevenção, para que estes não cheguem ao Nível de Proteção Social Especial que é destinado as famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, violência física ou psíquica, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação dos direitos.

Com essa breve reflexão sobre a história da implantação da Política Pública de Assistência Social no Brasil, podemos ter noção de tão complexo e minucioso será a realização do trabalho do Psicólogo neste âmbito, uma vez que o trabalho a ser desenvolvido é tão abrangente

e fértil, que é ainda inacabado, pois vai se remodelando de acordo com as demandas apresentadas, sendo que as teorias sobre esse campo de atuação vêm sendo construído há alguns anos. Conforme FILHO (2008), o compromisso social da Psicologia e de seus profissionais em nosso país efetivou-se verdadeiramente no século XXI quando ela se volta para as políticas públicas, se colocando como uma Psicologia para todos, as mudanças da atuação dos profissionais de Psicologia, inicia quando começa a promover qualidade de vida e saúde a população, tanto de pequenos e grandes grupos, assumindo a responsabilidade social desta ciência, assim consequentemente desbravar este campo é preciso.

Em meados da década de 80, o profissional de Psicologia, passou a ter um olhar mais amplo sobre seu espaço de atuação, onde adotou o "lema do compromisso social como norteador da atuação psicológica", de acordo com o CFESS e CFP (2007, p. 20). Com isso sua inserção nas políticas públicas cresceu consideravelmente nos últimos anos, onde suas práticas são comprometidas com a transformação social, e que a população em vulnerabilidade possa ter fortalecimento para lidar com as situações vivenciadas. Segundo BOCK (1999), a década de 80 trouxe novos desafios aos psicólogos, dando-se uma significativa abertura do mercado de trabalho no serviço público de saúde colocando os psicólogos nessas entidades, no entanto os desafios foram muito grandes.

Segundo Nobrega (2009), os desafios da atuação do psicólogo no CRAS vêm rompendo paradigmas como a mudança de foco que até então era tradicionalmente clínica, pois o foco de atuação no CRAS deve ser voltado para o atendimento psicossocial, de caráter familiar/sistêmico, direcionando sua visão especialmente para grupos. Deste modo o trabalho dos profissionais de psicologia se pautará em promover a autonomia dos sujeitos vitimizado, para que possa desenvolver vínculos interpessoais e fortalecimento pessoal. Assim o psicólogo buscará meios para desnaturalização da violação de seus direitos sociais, contribuindo para a inserção social destes sujeitos como recomendam o CFESS e CFP (2007).

A atuação do psicólogo será de forma a contribuir aos sujeitos que estão vulneráveis a pobreza, exploração, negligência, violência, a potencializá-los, para que possam desen-

volver sua autonomia, o sujeito pode ter autonomia de se apoderar dos que lhe convém e não mais só reproduzir os significantes impostos pela lógica capitalista (FILHO, 2008, p. 01).

Conhecendo a população que o psicólogo irá atuar no CRAS, sua atuação e intervenção, se pautará em explorar e conhecer as ações destes sujeitos. Segundo Silva (2010), o trabalho realizado deve ser uma negociação entre profissional e comunidade, bem como constantemente avaliado por esta, permanecendo a cargo da mesma, a definição da continuidade ou não.

O psicólogo não pode mais ter uma visão estreita de sua intervenção, pensando-a como um trabalho voltado para um indivíduo, como se este vivesse isolado, não tivesse a ver com a realidade social, construindo-a e sendo construído por ela. É preciso ver qualquer intervenção, mesmo que no nível individual, como uma intervenção e, neste sentido, posicionada. Vamos acabar com a idéia de que o mundo psicológico não tem nada a ver com mundo social (BOCK, 1999, p. 326).

Diante desse pensamento proposto acima, a atuação do psicólogo, na Assistência Social, tem a finalidade de fortalecer os usuários do CRAS, como sujeitos de direitos e deveres, comprometidos com a transformação social, assim promovendo a emancipação social e fortalecimento das famílias e indivíduos. Segundo o Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP, 2007), dessa maneira as práticas psicológicas não devem categorizar, patologizar as pessoas atendidas, mas buscar compreender e intervir sobre os processos e recursos psicossociais, para que possa entender as particularidades e circunstâncias em que ocorrem.

O CRAS é uma rede de apoio às famílias e indivíduos em vulnerabilidade social, que oferece serviços de atendimento ao público, como o bolsa família, benefício de prestação contínua (BPC), carteira do idoso, passe livre, dentre outros benefícios com propósito que as famílias e indivíduos que fazem o uso desses serviços, possam usufruí-los destes, até que possam ter condições mínimas necessárias para viverem dignamente. Conhecendo como é o funcionamento dos benefícios oferecidos pelo CRAS o

psicólogo deve trabalhar com essa população de forma a:

Atender cada sujeito a partir de sua inserção social e histórica. Atuar na promoção da autonomia, na potencialização do sujeito como autor de sua história, inserir a saúde na dimensão política do ser humano, atuando dentro de uma política pública que já se implantou, e buscando construir práticas coerentes com uma visão integral do sujeito atendido são características do trabalho do psicólogo nestes espaços (SILVA, 2007, 01).

Com esse propósito o psicólogo dentro das políticas públicas irá atender a população de forma a promover a transformação social, que por meio de conhecimentos de embasamentos teóricos e técnicas, buscando soluções e /ou perspectivas para os problemas, para que a população vulneráveis saiam da condição de vulnerabilidade social e de risco e venham a desenvolver a autonomia, fortalecimentos de vínculos e inserção social.

A história recente da profissão do psicólogo, regulamentada no ano de 1964, confundeu-se com a própria inserção deste profissional no campo da assistência à saúde pública, sendo que a contextualização social, política, econômica, cultural e histórica da época contribuiu em muito para o advento do profissional de Psicologia em saúde pública, pois foi em meio a este contexto histórico de democratização do país, é que foi concebido o grande desafio de um trabalho com a Prevenção e Promoção de Saúde.

Contudo, o psicólogo neste campo procurará formas e estratégias para trabalhar com essa população, sem deixar de considerar suas formas e estilos de vida e conseqüentemente englobando-os dentro dos parâmetros previstos pelo Governo. Como propõe Nobrega (2009), especificamente ao atendimento realizado nos CRAS, à atuação deste profissional de Psicologia, deve priorizar as relações indivíduo-grupo-sociedade, para gerar mudanças quantitativas e qualitativas com vista ao florescimento da autonomia do indivíduo e da comunidade.

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CRAS X DESAFIOS

Sabemos do caminho que a Política de Assistência Social no Brasil, vem acarretando grandes desafios, pois são traçados objetivos

que muitas vezes não correspondem a realidade da população que é destinada.

De acordo com Ramminger (2001, p. 01), fica difícil entender porque os usuários dos Programas de Assistência Social, não participam como “deveriam”, dos benefícios que lhe são oferecidos. Quando se é instituído um programa que tem toda atenção voltada para a população que se encontra em vulnerabilidade social e de risco, como por exemplo, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), em que se idealizam um programa “perfeito”, o qual irá atender em todos os aspectos as necessidades que acreditam ser a realidade dessa população, e quando na prática o resultado final não é o esperado, vem-se os questionamentos de todos que trabalham dentro desses programas, o porque ocorre essa não participação da população que esses programas são destinados.

Os Programas de Política Pública de Assistência Social são bem estruturados, para atender a população brasileira, mas o questionamento feito é que por vezes não correspondem a necessidade de todos que estão inseridos numa comunidade, cada um tem sua singularidade, seu modo de ver e viver na realidade que se encontra. Segundo o CREPOP (2007), enquanto profissionais de Psicologia, devemos, pela condição de sujeito integral, entender o desafio da incompletude institucional e da intersectorialidade, adequando os princípios da Política de Assistência Social de acordo com a realidade da população que será atendida.

Podemos nos deparar com uma família, por exemplo, que vive em condições miseráveis, mas que pra eles não há incomodo nenhum em se viver assim, seus questionamentos são outros, o que transcende é que esses programas são elaborados para atender uma população no geral, do norte ao sul do País, e para que este realmente aconteça, cada um dos profissionais envolvidos nestes programas, devem os adequá-los de acordo com a realidade de sua cidade, bairro, e a partir desses questionamentos, entender a necessidade do outro, saber qual o real papel do psicólogo dentro desse âmbito, onde ainda se encontram em total confusão de como realizar seu trabalho.

De acordo com Ramminger (2001, p. 04), esta confusão, que os profissionais de Psicologia se deparam ao atuarem nos programas de Assistência Social muitas vezes, alimentada pelo próprio psicólogo, acaba legitimando este

não-lugar enquanto profissional de Psicologia, sem conseguir diferenciar sua prática, da assistência social. Um dos primeiros passos a compreender e entender a realidade dessas populações é a escuta, ir a campo, ir até a realidade desses e não ficar esperando a contrapartida deles. A partir da análise de questões como esta, identificamos a necessidade cada vez maior de profissionais que,

Embasados numa ética norteadora, encontrem meios de atuar como sujeitos da comunidade não necessariamente confrontando os interesses partidários, mas despertando na comunidade a conscientização e o interesse em participar do processo de construção de políticas públicas na área social, garantindo assim a formação de sujeitos mais conscientes e críticos de sua importância para a sociedade, papel este, sobretudo, do psicólogo (NOBREGA, 2009, p. 06).

Conforme Boarini (1996), os profissionais de Psicologia têm muito a contribuir neste processo de desnaturalização da violação dos direitos e de luta pela superação das desigualdades sociais, pois trazem como acúmulo as aprendizagens e convicções forjadas na luta pela afirmação da reforma psiquiátrica, pela desinstitucionalização, em todas as suas formas, explícitas ou maquiadas, pela defesa dos direitos humanos.

De acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005), toda profissão define-se a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais, norteado por elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de cada profissional com seus pares e com a sociedade como um todo. Assim a atuação psicológica deve se conduzir no respeito e na promoção da liberdade, dignidade, igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Trabalhando de forma a promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e colaborando para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Assim atuando com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural, por meio do contínuo aprimoramento profissional.

A partir desses compromissos éticos entende-se que a atuação dos psicólogos no Sistema Único de Assistência Social deve estar fundamentada na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social. Conforme Gotardo (2009, p. 01), “a formação do psicólogo não para, é processo incessante”. Sendo assim, este é um campo de atuação que o psicólogo necessita ocupar de maneira adequada e condizente com as necessidades da população atendida, buscando desenvolver um trabalho como protagonistas na construção de políticas públicas, enquanto formuladores de propostas, práticas públicas e sociais, na produção de conhecimentos, atenção, criando dispositivos de cuidados.

Conforme o CFESS e CFP, (2007), os profissionais de Psicologia, para intervir por meio da política da Assistência Social, precisam estar atentos aos processos de sofrimento instalados nas comunidades, nos territórios onde as famílias estabelecem seus laços mais significativos. Se essa política, de fato, for co-construída por meio dos movimentos populares, da participação plena de seus usuários e do fortalecimento dos espaços e instâncias de controle social, estará conectada com as necessidades dos sujeitos e articulada com a defesa da vida. Tem-se então o desafio de se decodificar o que significa os diferentes níveis de complexidade da proteção social num cenário de intensas desigualdades sociais.

De acordo com Nobrega (2009), com a implantação do CRAS nas comunidades que evidenciam uma maior incidência de vulnerabilidades sociais e de risco, implica em maiores possibilidades para os usuários atendidos. Assim a atuação do Psicólogo deve-se desenvolver através de um trabalho que envolva proposições de políticas e ações relacionadas à comunidade em geral e aos movimentos sociais de grupos étnico-raciais, religiosos, de gênero, geracionais, de orientação sexual, de classes sociais e de outros segmentos socioculturais, com vistas à realização de projetos da área social, ou definição de políticas públicas, ou seja, sua atuação nesse âmbito será pautada no atendimento psicossocial, num trabalho multiprofissional, para que a rede nos Programas de Assistência Social seja articulada.

Conforme o CFP (2007), o Psicólogo

deve atuar enfocando seu trabalho com as famílias, a transdisciplinaridade, o trabalho com grupos, desenvolvendo ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, buscando avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas; ser acessível mantendo os princípios éticos no uso das informações a ele confiadas, na interação com outros profissionais e com o público em geral, fazer o gerenciamento e administração da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou líderes nas equipes de trabalho.

De acordo com o CREPOP (2007, p.12), o “foco de atuação do CRAS é a prevenção e promoção da vida, por isso o trabalho do psicólogo deve priorizar as potencialidades”. As ações devem ser integradas com outros profissionais dentro do serviço, bem como com outros serviços visando o trabalho em rede. Nesse sentido, a formação do psicólogo deve se nortear pelo compromisso de contribuir com a construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia, pela compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais, pelo reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para a compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico.

Para Cruz (2009), a atual política da assistência social é sem dúvida uma conquista extraordinária, pois várias famílias conseguiram sair da condição de vulnerabilidades sociais e de risco, mas o trabalho ainda é intenso e árduo. Contudo, aprender continuamente, buscando diariamente novas propostas e questionamentos dentro desse campo social, tanto na sua formação quanto na sua prática, e ter responsabilidade e compromisso para com a sua educação e com o treinamento das futuras gerações de profissionais e para com a sociedade em geral é o papel do psicólogo para que possa atuar de forma condizente as necessidades que a população do CRAS evidencia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os realizados por intermédio de obras, periódicos, pesquisas em sites nos auxiliarem nessa breve reflexão e podemos observar, mediante os fundamentos de alguns autores que nos pautamos, que ajudaram e ajudam a compreender o papel do psicólogo no CRAS e o desenvolvimento do seu trabalho.

Também, o referido estudo nos fez viajar pelo tempo ao lermos a história da Psicologia Comunitária que traz uma gama de momentos importantes para o desenvolvimento desta prática até os dias atuais, sendo que o compromisso social da Psicologia e de seus profissionais em nosso país efetivou-se verdadeiramente só no século XXI quando ela se volta para as Políticas Públicas, se colocando como uma Psicologia para todos. Mesmo sendo regulamentada em 1962, era tida e mantida pela sociedade brasileira até meados da década de 80, como uma ciência guardiã da ordem, em que sua maior contribuição era a previsão e controle dos comportamentos.

Os movimentos de mudança na atuação profissional iniciaram quando os psicólogos começaram a promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades, contribuindo para a diminuição da negligência, discriminação, exploração e violência. Assim, os psicólogos passam a assumir a responsabilidade social desta ciência, e é pautado na responsabilidade social que o psicólogo pode atuar inserido no CRAS. Com isto, nos é exposto à difícil e cansativa caminhada do homem em direção as metas não estabelecidas, de busca de interpretação desse campo, tão marcado por conflitos que não se explicam, mas que acaba deixando na história uma esperança: a de continuar o trabalho, daqueles que já partiram, com nossa labuta numa perspectiva de transformação. Nesta visão ressalta-se o convite a um reencantar da Psicologia no que cerne o papel do profissional desta área no processo de construção do conhecimento, visto que, num contexto de mudanças na qual nos encontramos e em que a globalização está em evidência.

Diante de toda a articulação que tentamos expor nesse artigo, fica-nos claro que a caminhada do psicólogo no CRAS, ainda será pautada por grandes desafios e perspectivas, pois é algo novo, inacabado, que está a cada dia em processo de mudanças e se adequan-

do de acordo com as realidades dos usuários do CRAS, portanto está em processo de amadurecimento, há muito que se aprender, tanto o profissional de Psicologia com a população atendida, como a população compreender qual o verdadeiro papel do CRAS e dos psicólogos. O qual essa não é uma tarefa fácil, já que ainda estão imersos numa cultura da caridade, assim nós enquanto profissionais da Psicologia, devemos aos poucos buscar desmistificar esses pensamentos cristalizados, buscando a plasticidade, inseridos na realidade que a contemporaneidade nos mostra a todo dia. Trabalhando de forma protagonizadora, juntamente com uma equipe multiprofissional, para que a população atendida pelo CRAS, que se encontra em vulnerabilidades sociais e de risco, possam desfrutar dessa atuação conjunta.

Desta forma, não basta apenas formar-se Psicólogos, mas sim ter clareza que o psicólogo no CRAS pode e deve direcionar o seu trabalho para a prevenção, na tentativa de promover autonomia do sujeito vitimizado, e desnaturalizar a violação de seus direitos e de propiciar o desenvolvimento de vínculos interpessoais, que o psicólogo deve pautar suas ações dentro do CRAS, atuando no campo simbólico e interpretando com vista o fortalecimento pessoal. Contribuindo assim, para a inserção social do sujeito de direitos e deveres, como nos propõem o CFESS e CFP (2007). É na escuta dos significantes que estruturam e caracterizam esta população, que o psicólogo pode interpretar e sinalizar ao indivíduo quais significantes ele pode se apoderar como seus e quais são os que ele reproduz sem tomada de consciência. Assim de posse do conhecimento produzido nos grupos e atividades do CRAS, o sujeito pode ter autonomia de se apoderar dos que lhe convém e não mais só reproduzir os significantes impostos pela lógica capitalista, é então que surge a autonomia fomentada na proposta da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Ações que façam com que os sujeitos referenciados nestes CRAS saiam da ordem da necessidade, da cesta básica, do remédio doado, da passagem para tentar a vida em outro lugar, para a ordem da demanda, dos sonhos, dos anseios, ações que proporcionem aos indivíduos não terem mais "fome", mas sim desejos e desejos de mudança da realidade de vulnerabilidade social em que se encontram quando necessitam das ações desenvolvidas pelo CRAS,

que devem pautar na concepção da emancipação e o protagonismo social da população.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. A. M. **Assistência social no Brasil: a mudança do modelo de gestão.** 2007. Disponível em: <<http://www.fundap.sp.gov.br/publicacoes/textostecnicos/textec3.htm>>. Acesso em: 28 de mar. 2010.

BOARINI, M. L. A formação (necessária) do psicólogo para atuar na saúde pública. **Psicologia em Estudo**, n. 1, p. 93-132.

BOCK, A. M. B. A psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estud. Psicol.** Natal, v. 4, n. 2, p. 315-329, 1999.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CRAS um lugar de fazer história.** Brasília: MDS, s/d. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/arquivos/cras-um-lugar-de-re-fazer-historia.pdf/view>>. Acesso em: 20 de mar. 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS.** Norma Operacional Básica (NOB/Suas). Brasília: MDS, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Loas Anotada:** lei orgânica de assistência social. Brasília: MDS, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS), CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na política de assistência social.** Brasília, 2007.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Referência Técnica para a atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS/ Conselho Federal de Psicologia (CFP).** Brasília: CFP, 2007.

CRUZ, J. M. O. Práticas psicológicas em centro de referência da assistência social (CRAS). **Psicologia em Foco**, Aracajú, Faculdade Pio Décimo, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://linux.alfamaweb.com.br/sgw/download>

<[ds/161_073535_ARTIGO2-Praticaspsicologica-semCRAS.pdf](http://www.alfamaweb.com.br/sgw/download/161_073535_ARTIGO2-Praticaspsicologica-semCRAS.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2010.

FILHO, C. B. **História da saúde pública no Brasil.** São Paulo: Ática, 2000. 70 p.

FILHO, E. L. L. **Reflexões sobre o psicólogo no CRAS: a possibilidade do Si Perceber.** 2008. Disponível em: <<http://www.redepsi.com.br/portal/modules/smartsection/print.php?itemid=1195>>. Acesso em: 22 abr. 2010.

FREITAS, M. F. Q. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária - prática da psicologia em comunidades nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia.** Petrópolis: Vozes, 1999. 175p.

GOTARDO, S. M. **Os CRAS e algumas questões para as práticas PSI.** 2009. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/222.%20os%20cras%20e%20algumas%20quest%20D5es%20para%20as%20pr%C1ticas%20psi.pdf>. Acesso em: 12 maio 2009.

JOVCHLOVITCH, M. **Assistência social como política pública.** Disponível em: <http://rebidia.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=188&Itemid=1>. Acesso em: 28 de mar. 2010.

NOBREGA, A. F. et al. **A práxis psicológica nos centros de referência da assistência social.** 2009. Disponível em: <http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/575.%20a%20pr%C1xis%20psicol%20D3gica%20nos%20centros%20de%20refer%20Anacia%20da%20assist%20Anacia%20social.pdf>. Acesso em: 12 maio 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo.** Brasília: CFP, 2005.

RAMMINGER, T. Psicologia comunitária X assistencialismo: possibilidades e limites. **Psicol. Cienc. Prof.** Brasília, v. 21, n. 1, mar. 2001. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000100005&lng=es&nrm=iso>. Aces-

so em: 26 abr. 2010.

SILVA, I. R. **Atuação do psicólogo na assistência social**. 2010. Disponível em: <<http://www.cress-es.org.br/arquivos/lolete.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2010.

SILVA, C. Z. et al. **O trabalho do psicólogo nos CRAS: novas possibilidades de atuação**. 2007. Disponível em: <<http://www.madres.org/asp/contenido.asp?clave=3550>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

LOS RETOS Y LAS PERSPECTIVAS DE INSERCIÓN DEL PSICÓLOGO EN EL CENTRO DE REFERENCIA DE ASISTENCIA SOCIAL (CRAS)

RESUMEN: Este estudio se refiere a una investigación bibliográfica teniendo como base teórica la Psicología Comunitaria, cuyo objetivo es conocer la trayectoria que el psicólogo hace durante su caminata hasta adentrar en el campo social. Primeramente, se discurrirá sobre su inserción en el ámbito social, desde la salida de los consultorios, para actuaren en otros lugares, como en las industrias, marcada por mayor conciencia de la importancia del trabajo comunitario, que psicólogos realizaban juntamente a la comunidad, saliendo de una práctica clandestina y actuando como profesionales de la Psicología Comunitaria. Posteriormente, se direcciona al trabajo del profesional de psicología dentro de los CRAS, visto ser ésta la puerta de entrada para la Asistencia Social, con el intuito de promover la calidad de vida de los individuos que se encuentran en vulnerabilidades sociales y de riesgo. La investigación puede apuntarnos, que delante de inúmeras posibilidades de actuación del psicólogo en el medio social, seguramente se deparará con retos a ser enfrentados y así procurar soluciones diversificadas, para cada demanda abordada, adecuando sus principios de acuerdo con la realidad de estos, pues no se puede encuadrarlos, visto que somos contruidos y construimos el medio social. Y, sin embargo, cabe a los profesionales de Psicología, desarrollar su trabajo juntamente con una comunidad que se encuentra en vulnerabilidad social y de riesgo, de forma a promover la autonomía de los individuos, a partir de la realidad en que viven, despertando así el interés, la concientización, saliendo de la pasividad, haciéndolos personas que conocen sus derechos y deberes.

PALBRAS CLAVE: Actuación del Psicólogo, CRAS, Comunidad.